

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2 DE JULHO DE 2007**-----

-----Aos dois dias do mês de Julho de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Vidinha Baptista, José Carlos da Silva e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO DO PÚBLICO**-----

-----O Sr. Presidente propôs a transferência para o início dos trabalhos do Período do Público, já que terá de sair mais cedo da reunião.-----

-----No Período destinado a intervenção do público usaram da palavra:-----

-----Sr. Osvaldo de Oliveira Caniço que disse que já se passaram dois meses sobre a sua intervenção em reunião de Câmara, em que solicitava medidas contra a falta de fornecimento de electricidade, arruamentos e águas ao seu lote na Zona de Serviços de Paço dos Negros, que impedem a sua carpintaria de trabalhar, com o risco de ter de dispensar trabalhadores porque tem de entregar a instalação arrendada onde tem trabalhado.-----

-----O Sr. Presidente informou que já foi notificado o empreiteiro da caducidade da adjudicação e vai ser feita a adjudicação ao segundo classificado em concurso.-----

-----Sr. Manuel Lucas, que solicitou medidas para os seguintes

problemas, todos na cidade de Almeirim:-----  
-----Necessidade de limpeza do lixo e das sarjetas tapadas, na Rua dos Aliados; necessidade de corte dos rebentos e ramos secos das laranjeiras a volta do Jardim da República, bem como limpeza das caldeiras; reparação da calçada de paralelepípedos na Rua Dionísio Saraiva e junto à Igreja, onde a falta de areia nas juntas dificulta a circulação dos ciclistas; e rebentos de árvores a enraizarem, por falta de corte, nas árvores plantadas por toda a cidade.-----

-----O executivo anotou as recomendações, para correcção.-----  
-----  
-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usou da palavra a Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha que disse:-----

-----Em Foros de Benfica está a ser feita uma obra que preocupa os moradores, já que as manilhas que estão a ser colocadas na berma da estrada, para escoamento de águas, são de diâmetro inferior às que se encontram a montante e, por se tratar de uma zona de acumulação de águas pluviais, aumenta o risco de inundação.-----

-----Foi por sua iniciativa que a Câmara passou a dar publicidade das análises efectuadas à água para consumo público e encontra-se no placard um relatório trimestral e, da leitura que faz, as análises de água efectuadas no período, são em número inferior ao obrigatório, previsto no Plano de Qualidade da Água. E disse que gostaria de saber se foi enviado o Relatório ao IRAR no prazo devido, já que a Câmara não está a cumprir com todo um conjunto de parâmetros a que se encontra obrigada nos termos do fornecimento de águas públicas. Por exemplo, as análises respeitantes aos metais pesados, que Almeirim nunca fez nos últimos anos, segundo os elementos afixados. E quer saber também se o Plano que a Câmara apresentou não inclui estas análises, ou teve derrogação na sua realização e porquê, para além das análises que foi proposto executar, não cumpriu. Considerou estranho que nas mesmas análises há dados em

que o valor mínimo é superior ao valor máximo, como por exemplo, o PH. Em Almeirim eram obrigatórias dezanove análises e foram feitas três, razão porque pede os correspondentes esclarecimentos e pergunta qual a confiança que os munícipes podem ter na água de consumo.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse:-----

-----Que, mais uma vez, quer questionar o Sr. Presidente sobre o concurso para Veterinário Municipal, já que faz amanhã um ano que proferiu despacho de anulação parcial do processo.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que tem uma reunião pedida com um membro do Governo que superintende na área em apreço e só depois tomará uma posição.-----

-----O mesmo Vereador referiu que a esplanada das Laranjeiras, anexa à Praça Lourenço de Carvalho, em Almeirim representou um investimento elevado e perguntou qual a intenção da Câmara para otimizar aquele espaço ao serviço dos munícipes, que devia ser aproveitado.-----

-----Disse que, a respeito das obras de requalificação junto ao Jardim da República, algumas pessoas lhe manifestaram a sua preocupação pela manutenção no local da praça de táxis, após as obras.-----

-----Solicitou também informações sobre o pagamento das compensações a que se refere o Artigo cinquenta e quatro do Regulamento da Zona de Actividades Económicas pela empresa que vendeu os três lotes onde está implantado o estabelecimento Feira Nova. E acrescentou que, com vista a acabar com a especulação imobiliária, que não gera receitas à Câmara, vai apresentar uma proposta de alteração do referido Regulamento.---

-----Perguntou se as Contas do Município foram enviadas ao Tribunal de Contas em tempo devido, sem prejuízo de não estarem aprovadas pela Assembleia Municipal.-----

-----Solicitou também cópias dos mapas enviados para a DGAL respeitantes aos custos com pessoal.-----

-----Referiu a ilegalidade pela falta de aprovação das Contas da ALDESC, EM.-----

-----Salientou a mesma situação de incumprimento quanto à

inexistência de auditor externo, já que a lei entrou em vigor a quinze de Janeiro e é lamentável que não tenham sido tomadas as medidas necessárias ao seu cumprimento.-----

-----Acrescentou que teve oportunidade de ler a declaração de voto do Sr. Presidente a respeito do concurso para concessão do Centro de Fabrico de Enchidos e esclarece que a sua anterior intervenção se processou no âmbito da actividade como autarca e não como jurista, não constitui parecer nem actuação como jurista mas, tão só, sabendo a intenção da Câmara quanto ao destino da concessão, procurou com as suas achegas que o processo se apresentasse mais consentâneo com as normas legais em vigor e obrigatórias. O contributo que deu não pode ser entendido como concordante com o processo ou indutivo de um comportamento. E acrescentou que, vendo as páginas do Almeirinese, parece que o PS já entrou em campanha eleitoral.--

-----O Sr. Presidente respondeu que o PS começou a campanha para as próximas eleições autárquicas quando iniciou este mandato.---

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha respondeu que faz bem, desde que não o faça à custa dos dinheiros públicos.-----

-----O Sr. Presidente respondeu ao Sr. Vereador interpelante, nos seguintes termos:-----

-----Para contratação de auditor externo foram abertas as propostas e feita a sua análise, pelo que o concurso se encontra em fase final.-----

-----Vai fazer chegar os mapas ao Sr. Vereador.-----

-----As Contas foram remetidas ao Tribunal de Contas em devido tempo, como sempre.-----

-----A proposta de revisão do Regulamento da Zona de Actividades Económicas será sempre bem vinda.-----

-----A esplanada das Laranjeiras não funciona porque não há pretendentes à exploração e espera que este Verão traga melhorias no incentivo dos comerciantes que têm aptidão para a sua exploração.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos respondeu que a falta de concorrentes à esplanada se deve a não existirem sanitários

no local e a Câmara devia construí-los, ao que o Sr. Presidente se propos equacionar essa solução.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que os táxis sofreram alteração do local de estacionamento, porque o habitual se encontra em obras e foram os próprios industriais que assumiram que passariam para o Parque das Laranjeiras. Se entendem que é o que mais lhes convém, a Câmara reconhecerá o facto, pois não há intenção de mudar.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário manifestou o seu desagrado pela entrevista dada pelo Sr. Presidente à Rádio Comercial de Almeirim no passado dia vinte e três, quanto ao conteúdo e à forma, na medida em que procedeu à resposta a dúvidas levantadas pelo Vereador em reunião de Câmara, através dos microfones daquela rádio. As informações que o Sr. Presidente prestou não são absolutamente correctas, já que não esteve presente em reunião nenhum jurista e não foi apresentado qualquer estudo ou parecer. O Sr. Presidente quer dar a entender que o Vereador está contra as Adegas Cooperativas e a Encherim e isso não é verdade, já manifestou expressamente que está solidário com os produtores de vinho e de enchidos, em documentos oficiais. Também não percebe os critérios da Rádio Comercial de Almeirim. Mas o Sr. Presidente disse aos microfones da rádio local, bem como na última sessão da Assembleia Municipal, coisas que, enquanto membro do executivo, o próprio Vereador tinha o direito de saber. Designadamente o Protocolo com as Adegas Cooperativas, informou o Sr. Presidente que foi elaborado pelo consultor jurídico e pelo Sr. Dr. Madeira Lopes. Disse mais, que enviou a proposta de Protocolo para a Polícia Judiciária e para o IGAT. No mínimo, como Vereador, tinha o direito de conhecer isto. Acontece que essas informações são desconhecidas do próprio Vereador e o Sr. Presidente responde à RCA com elementos que são novidade para o executivo. O significado que retira desta actuação é que o Sr. Presidente está a pretender ridicularizar o executivo.-----

-----Acrescentou o mesmo autarca que foi com desagrado que na última sessão da Assembleia Municipal e, principalmente, pela

resposta do PSD à proposta, mas não só, porque houve falta de preparação, foram abordados de forma ligeira os votos de louvor a algumas personalidades locais que merecem o maior respeito da comunidade local e dos órgãos que a representam, se analisarmos os respectivos percursos alheios a qualquer paixão partidária. Se fosse familiar de uma dessas pessoas não ficaria nada agradado pela forma como estão a ser tratadas na Assembleia Municipal. Em relação à fadista Cristina Branco, no seguimento da recomendação ao executivo de lhe ser atribuída a Medalha de Honra do Município, apresentou a sua própria proposta de agendamento na próxima reunião, a qual entregou ao Sr. Presidente, a fim de lhe ser atribuída aquela distinção o mais rapidamente possível.-----

-----Disse ainda que considera que o Regulamento necessita de ser revisto e apresentará na próxima reunião uma proposta para alteração do Regulamento da Medalha.-----

-----O mesmo Vereador aludiu ao requerimento que apresentou em dezoito de Junho passado, referente à aprovação das Contas e perguntou, se as Contas da ALDESC, EM não estão aprovadas e as Contas da Câmara já foram enviadas ao Tribunal de Contas, como foi cumprida a lei que determina a sua consolidação. Acrescentou que está disponível para ser substituído numa reunião do executivo, se o Sr. Presidente o entender necessário para aprovação das Contas da empresa municipal, como já o disse.-----

-----O Sr. Vereador Maurício do Rosário lamentou as declarações feitas publicamente a respeito do IMI e da Derrama, cujas propostas estiveram agendadas para deliberação e não foram apreciadas e em relação às quais apresentou propostas de alteração, com vista a conseguir uma mais justa tributação. Inopinadamente, depara-se com as declarações do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, de que iria também apresentar uma proposta de alterações à taxa a fixar para aqueles impostos.-----

-----Disse também que quer ter conhecimento das conclusões dos processos de inquérito para apuramento de responsabilidades, quanto aos Transportes Escolares e aos recursos humanos.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos respondeu que o

agendamento de propostas do PSD é da responsabilidade do seu Vereador e acusar o PSD de copiar alguma proposta apresentada por si é inqualificável. Esteve a ler algumas propostas, que nem vai comentar. Lamenta este tipo de declaração, que o surpreende.-----

-----O mesmo autarca disse, em relação à proposta a respeito de Cristina Branco, que em democracia impende sobre as pessoas um processo de liberdade de escolha e se quer saber os motivos do PSD se abster, basta ler O Mirante de vinte e sete de Junho. Por questão ética não comenta a pessoa, que tem o seu mérito a nível cultural. Quanto ao reparo do seu colega, não é aqui o local próprio para o discutir e o PSD não se pronuncia sobre as suas propostas. Não foi preciso o Sr. Vereador Francisco Maurício propor alterações para o PSD entender apresentar alterações ao IMI e à Derrama. E deixou manifesto o seu voto de protesto pelas palavras do seu par.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que durante anos se bateu para que fossem cumpridos os regulamentos e a lei, para que a Câmara funcione dentro da legalidade. Hoje gostaria que o Sr. Presidente fizesse uma observação ao Sr. Vereador Francisco Maurício, de que não tem o direito de vir para as reuniões fazer declarações sobre reuniões passadas ou explanar o que quer agendar nas futuras, o que é uma falta de pertinência. É que, cavalgando na ideia da CDU na Assembleia Municipal, veio apresentar essa proposta, embora exista uma Recomendação da CDU aprovada, a que o Sr. Presidente vai dar cumprimento.-----

-----A mesma Vereadora referiu o empedramento que está a ser executado no Centro Cívico da cidade, e quando a obra veio a reunião tratava só de saneamento, manifestando a sua opinião contra este tipo de calcetamento, a granito, que não é tradicional da nossa zona e retém o calor, contribuindo para o aquecimento. Aquele tipo de pavimento fica aos altos e baixos e é terrível para os ciclistas e para os peões idosos. Recordou que ficou com uma roda da sua bicicleta cortada no empedramento da Rua Dionísio Saraiva, que tem as juntas demasiado espaçadas. Lamentou que a obra tenha decorrido assim.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que o Sr. Vereador Pisco dos Santos prestou declarações públicas aos jornais O Ribatejo e O Almeirinese sobre a redução da taxa do IMI, cuja proposta, no seu entendimento, viola a lei. Quanto à falta de pertinência de que foi acusado pela Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha, o único comentário que tece é que, se para a Sr<sup>a</sup>, o mais pertinente é o que aconteceu com a sua bicicleta e respectiva forqueta, está tudo explicado.-----

-----O Sr. Presidente justificou não ter agendado o pedido pelo facto de terem entrado duas propostas e o próprio querer apresentar a sua, ponderada nos outros contributos. E entretanto, passou a oportunidade de ser presente a esta sessão da Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Presidente referiu-se à reunião de quatro de Junho passado, na qual foram feitas considerações na sua ausência e, para esclarecimento, repete a informação que deixou: A sua presença numa conferência de imprensa não foi mais que o cumprimento de funções enquanto Presidente da Câmara Municipal de Almeirim e Presidente da CULT, num assunto de que tem a obrigação de se informar, como é o novo aeroporto de Lisboa. O Governo mandou fazer dois planos de ordenamento do território, um nacional e outro do Vale do Tejo, na base da premissa de instalação do novo aeroporto na Ota e estes documentos vão servir de base para o QREN. Sobre o assunto tem manifestado a sua posição, na defesa de aspectos importantes para o nosso Concelho.-----

-----Sobre o Protocolo com as Adegas Cooperativas, recordou o Sr. Presidente que, na reunião de quatro de Junho, esteve presente o Dr. Victor Batista, a quem pediu que respondesse sobre a legalidade daqueles acordos. A acusação de ilegalidade parece não assentar nestes Protocolos, elaborados pelos Drs. Victor Batista e Madeira Lopes. E o seu texto foi enviado ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, Polícia Judiciária e IGAT, como necessidade de responder às próprias dúvidas. Foi devidamente cabimentado e cumpridos os requisitos legais. Na sua declaração de voto, o Sr. Vereador Francisco Maurício alegava



estar em causa a devolução do IMT e, de facto, o protocolo não tem esse objectivo. Espera que tenha ficado esclarecido que essa actuação não era possível. E que a acusação de ilegalidade seja justificada, para além de ficar em Acta.-----

-----A entrevista na Rádio Comercial de Almeirim foi concedida a pedido da estação, por ocasião do aniversário de elevação de Almeirim a cidade.-----

-----Sobre o concurso para chefe de Secção e proposta de avocação dos seus poderes próprios, foi acusado numa reunião de Câmara de falta de bom senso, por não instaurar um processo disciplinar à funcionária. O Sr. Vereador proponente diz que fez uma consulta à IGAT sobre esta questão. Pois o Presidente também consultou a IGAT, a CCDRLVT e o TAF de Leiria. Da IGAT recebeu a resposta de que não tem competência para emitir pareceres e da CCDRLVT recebeu o parecer que parcialmente leu:-----

-----«Relativamente ao pedido de demissão do lugar de vice-presidente e demais lugares atribuídos ao vereador, cumpre dizer o seguinte:-----

-----A câmara municipal é constituída por um presidente e por vereadores, um dos quais designado vice-presidente, e é o órgão executivo colegial do município (artigo 56º nº 1 da Lei nº 169/99, de 18 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro).-----

-----É o presidente quem tem a competência para designar, de entre os vereadores, o vice-presidente, a quem, para além de outras funções que lhe sejam atribuídas, cabe substituir o primeiro nas suas faltas e impedimentos (artigo 57º nº 3 do mesmo diploma, que adiante designaremos por LAL).-----

-----Também nos termos do nº 4 do artigo 58º do mesmo diploma legal cabe ao presidente da câmara escolher os vereadores a tempo inteiro e meio tempo, fixar as suas funções e determinar o regime do respectivo exercício.-----

-----É, pelo contrário, da competência da câmara municipal a exoneração dos membros do conselho de administração de empresa municipal, nos termos do disposto na alínea i) do nº 1 do artigo 63º LAL, competência esta que pode ser delegada no presidente da

câmara, cfr. N° 1 do artigo 65° da LAL.-----  
-----Finalmente, é ainda obrigatória a submissão a reunião da câmara municipal a convocação do substituto do titular do órgão, quando haja renúncia ao mandato (artigo 76° da LAL), o que não foi o caso uma vez que o vereador continuou a exercer o mandato autárquico (embora sem qualquer pelouro).-----  
-----Apesar de se poder considerar que a submissão a reunião de câmara do pedido de demissão não é obrigatória atendendo a que a fixação das competências dos vereadores é matéria da competência do presidente da câmara (cfr arts 57° e 58° da LAL) - excepto no que concerne à substituição do vereador no cargo de presidente do conselho de administração da empresa municipal, em que é realmente obrigatória por se tratar de competência da câmara nos termos da alínea i) do artigo 63° da LAL -; afigura-se-nos que, atento o dever de informação e de acordo com os princípios da imparcialidade/isenção e da boa-fé (cfr arts 6° e 6°-A do CPA) foi correcto o procedimento efectuado pelo presidente da câmara, ao levar o assunto da demissão do vereador a reunião deste órgão colegial.-----  
-----Por outro lado, quanto à eficácia da demissão do vereador considera-se que ela é eficaz a partir do momento em que foi conhecida do presidente da câmara, porquanto a demissão é um direito que assiste ao vereador não carecendo de qualquer declaração de aceitação. É este o sentido da doutrina quanto às situações de renúncia ao mandato, por maioria de razão aplicável à mera demissão de cargos.-----  
-----De todo o modo, o facto do presidente da câmara ter levado a questão da demissão a reunião de câmara, na qual o vereador esteve presente e de ter promovido a sua substituição de todos os cargos, indica claramente a aceitação do pedido de demissão que fora apresentado pelo vereador e deste conhecida.-----  
-----Ora, considerando-se eficaz a demissão do vereador e não tendo o mesmo sido substituído no júri de concurso (ao arrepio da determinação do presidente da câmara), entende-se que as deliberações do júri, tomadas posteriormente, são nulas por falta de quórum deliberativo, cfr disposições conjugadas dos

arts 12º nº 1, 15º nº 1 do DL nº 204/98, de 11.07 e artigo 133º nº 2 alínea g) do CPA.-----

-----Relativamente à proposta de avocação de poderes pela câmara municipal, apresentada pelo vereador, é de salientar que a avocação de poderes se encontra prevista no artigo 39º do CPA e consiste na possibilidade do órgão delegante ou sub delegante chamar a si os poderes que delegou ou sub delegou.-----

-----Ora, se a competência em matéria de recursos humanos é própria do presidente da câmara nos termos do disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 68º da LAL, só este poderia avocar competências na matéria e não a câmara. Recordemos aqui que a competência da câmara municipal se cinge apenas ao poder de aplicar sanções e não ao poder de instaurar processos disciplinares, como decorre da interpretação conjunta dos artigos 68º nº 2 alínea a) da LAL e artigo 18º nº 3 do Estatuto Disciplinar aprovado pelo Decreto Lei nº 24/84, de 16 de Janeiro.-----

-----No que concerne ao pedido de novo agendamento, pelo vereador, da proposta de instauração do processo disciplinar à funcionária, cumpre destacar o disposto nos arts 68º e 87º da LAL.-----

-----Nos termos das alíneas n), o) e p) do nº 1 do artigo 68º da LAL, é da competência do presidente da câmara municipal: convocar as reuniões ordinárias para o dia e hora que fixar, sem prejuízo do disposto no artigo 62º, convocar reuniões extraordinárias e estabelecer e distribuir a ordem do dia.-----

-----Por outro lado, estabelece o artigo 87º da lei das autarquias locais, a propósito da ordem do dia, o seguinte:-----

-----'1 - **A ordem do dia deve incluir os assuntos que para esse fim forem indicados por qualquer membro do órgão, desde que sejam da competência do órgão** e o pedido seja apresentado por escrito com uma antecedência de:-----

-----a) Cinco dias úteis sobre a data da reunião, no caso de reuniões ordinárias;-----

-----b) Oito dias úteis sobre a data da reunião, no caso das reuniões extraordinárias.-----

-----2 - ...'-----  
-----Assim, não sendo o assunto relativo ao processo disciplinar da funcionária matéria da competência da câmara municipal mas sim do presidente da câmara (artigo 68º nº 2 alínea a) da LAL), poderá aquele órgão recusar a discussão do assunto com esse fundamento, por não ter competência.-----

-----Conclusões:-----

-----1. A comunicação de demissão do lugar de Vice-Presidente e dos demais cargos que desempenhava é eficaz a partir do momento em que foi conhecida pelo presidente de câmara, não carecendo de aceitação. De todo o modo, o facto do presidente ter levado a questão daquela demissão a reunião de câmara, na qual o vereador esteve presente, tendo então promovido a sua substituição de todos os cargos, indica claramente que este último esteve ciente da aceitação do pedido de demissão.-----

-----2. A câmara municipal não poderia ter avocado as competências em matéria de instauração do processo disciplinar porquanto a matéria dos recursos humanos é uma competência própria do presidente da câmara nos termos do disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 68º da LAL, pelo que só este poderia avocar competências que tivesse eventualmente delegado nesse âmbito.---

-----3. Não sendo o assunto, relativo à instauração do processo disciplinar à funcionária uma matéria da competência da câmara municipal, mas sim do presidente da câmara (artigo 68º nº 2 alínea a) da LAL), entende-se que a câmara municipal teria legitimidade para recusar a discussão do assunto com esse fundamento, conforme previsto no nº 1 do artigo 87º da LAL, dado que nesta matéria, a Câmara Municipal é por lei considerada incompetente.»-----

-----Continuou o Sr. Presidente fazendo a leitura do Despacho de arquivamento do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, do seguinte teor:-----

-----«O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almeirim veio pedir a intervenção do M.P. pelos factos constantes no auto de denúncia, cujo teor se deixa aqui por reproduzido, a fim de que  
*'se aplique a respectiva perda de mandato por ofensa à*

*hierarquia'*.-----  
-----Em suma, a matéria participada recai basicamente sobre os aspectos inerentes a um procedimento sobre um concurso para Chefe de Secção, que teve lugar na C.M. de Almeirim, em que o Sr. Vereador Francisco Manuel Maurício do Rosário, terá alegadamente exorbitado os seus poderes, praticando actos com usurpação de poderes e desrespeitando e desautorizando o participante, enquanto Presidente da Câmara.-----  
-----Com efeito, aquele vereador, sem o consentimento e contra a vontade do Sr. Presidente da Câmara, depois de ter renunciado a todas as funções que exercia nessa edilidade, interveio de forma ilegal no sobredito concurso, o que acarretou a sua invalidade, além de que tem pretendido, ilegalmente, avocar poderes próprios do Presidente da Câmara no sentido de ser viabilizada a instauração de um processo disciplinar contra uma funcionária da mesma autarquia.-----  
-----Ora, as situações que podem dar azo a acção judicial para perda de mandato de membros dos órgãos autárquicos, da competência do M.P., estão taxativamente enumeradas no artº 8º da Lei nº 27/96, de 1/8.-----  
-----A nosso ver, nenhuma das circunstâncias participadas se enquadra no âmbito de previsão do citado dispositivo legal.-----  
-----Aliás, diga-se que mal se compreenderia uma tal acção sem que antes se procurasse a confirmação das alegadas ilegalidades através da instauração de outros mecanismos legais adequados para o apuramento de responsabilidade disciplinar.-----  
-----Assim, como a matéria denunciada nos autos é insusceptível de permitir sustentar uma acção para perda de mandato, e como não se vislumbra nenhuma diligência a realizar determina-se o seu arquivamento.-----  
-----Comunique-se ao denunciante.»-----  
-----Donde, concluiu o Sr. Presidente, o processo de concurso para chefes de Secção, a partir da data de treze de Novembro está todo inválido, porque, e a partir dessa data deveria ter funcionado com o elemento suplente do júri. O novo júri vai ter que redigir, ou assinar, nova Acta referente ao processo de

concurso, o Presidente terá que proceder a nova homologação e, após a tomada de posse dos funcionários, avaliar a questão dos pagamentos na nova categoria, feitos até essa altura.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que se está marimbando, pareceres há muitos e há pareceres contraditórios. E questionou se não seria de pedir à Provedoria de Justiça um parecer final.-

-----O Sr. Presidente referiu que não conhece a Sr<sup>a</sup> Jurista da CCDRLVT, nem o Sr. Procurador do TAF de Leiria.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que há uma confusão grande e despropositada em tudo isto. E perguntou ao Sr. Presidente, em relação à avocação, que pergunta foi feita àqueles serviços.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que mandou a proposta de avocação apresentada pelo Sr. Vereador.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício salientou que a primeira proposta apresentada continha a proposta de avocação e, na reunião seguinte, retirou essa proposta, porque o Sr. Presidente o acusou de fazer um golpe de estado, tendo apresentado outra, que o Sr. Presidente se recusou a agendar. Disse que julga que a IGAT se deve pronunciar sobre o facto de ter sido impedido de desempenhar o seu cargo e pediu a Acta em causa. O que se passou é que o Sr. Presidente apresentou um parecer e todo o executivo se recusou a discutir o assunto sem o apreciar primeiro.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que o Sr. Vereador só retirou a sua proposta por iniciativa da Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha.-----

-----O autarca visado respondeu que retira as suas propostas quando quiser, principalmente atendendo a que no caso concreto, estava perante um parecer apresentado pelo Sr. Presidente um minuto antes e sobre o qual não tinha qualquer conhecimento. E dirigindo-se ao Sr. Vice-Presidente, afirmou que o Sr. se comprometeu a agendar a sua petição para a reunião seguinte e, quando chegou aquele ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. retirou-se.-----

-----O Sr. Vice-Presidente historiou o assunto relativo ao agendamento em causa.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício reiterou que não quis

fazer nenhum golpe de estado. E solicitou cópia integral da documentação enviada e recebida das duas entidades que forneceram o parecer e o despacho. E, dirigindo-se ao Sr. Presidente, acrescentou que já percebeu as suas intenções, que, para si, estão claríssimas. Havia dito anteriormente que este assunto, para si, estava encerrado e que a decisão que a IGAT tomasse se comprometia a respeitar. Em relação à Sr<sup>a</sup>, o autarca, enquanto membro do Júri, reagiu aos termos ofensivos com que foi desconsiderado e solicitou que a Sr<sup>a</sup> apresentasse um pedido de desculpas e só pela sua recusa este incidente ocorre. A Sr<sup>a</sup> teve milhares de oportunidades de remediar a ofensa sem perder a dignidade e recusou-se sempre a fazê-lo. No que concerne ao concurso, há pelo caminho uma reclamação da Sr<sup>a</sup>, que tem de ser analisada. E concluiu, que quem voltou a trazer o assunto para a agenda política foi o Sr. Presidente.-----

-----O Sr. Presidente disse que é muito triste qualificar pessoas que não estão presentes. Quanto ao termo golpe de estado, foi um termo exagerado, mas se esta avocação fosse aprovada, em qualquer altura se repetia e o Presidente da Câmara ficava com os seus poderes, plasmados na Lei das Competências que enumera, esvaziados. Os pareceres o esclarecem.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício perguntou ao Sr. Presidente se tem o direito de não agendar uma proposta sua.-----

-----O Sr. Presidente respondeu: «Se não é legal...». E acrescentou que o processo está todo inquinado, concluindo: «Dê a mão à palmatória.»-----

-----Ao entrar na Ordem do Dia a funcionária que secretaria a reunião pediu a sua substituição por motivo de doença.-----

-----Não foi substituída a funcionária e o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, às dezasseis horas e trinta e cinco minutos.-----

-----E eu, \_\_\_\_\_, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição

-----

-----